

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	16
DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	64
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	65

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	672
Preferenciais	1.140
Total	1.812
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	76.434	76.356
1.01	Ativo Circulante	25.576	8.914
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.936	7.550
1.01.03	Contas a Receber	153	96
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	153	96
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	55	0
1.01.03.02.04	Outras	98	96
1.01.06	Tributos a Recuperar	179	179
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	179	179
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.308	1.089
1.02	Ativo Não Circulante	50.858	67.442
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	50.746	67.319
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	164	311
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	37.577	50.490
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	37.577	50.490
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.005	16.518
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	8.298	11.564
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	4.707	4.954
1.02.02	Investimentos	23	23
1.02.02.01	Participações Societárias	23	23
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	23	23
1.02.03	Imobilizado	89	100
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	89	100

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	76.434	76.356
2.01	Passivo Circulante	2.854	2.657
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	166	232
2.01.01.01	Obrigações Sociais	36	35
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	130	197
2.01.02	Fornecedores	1.547	1.145
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.547	1.145
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.547	1.145
2.01.03	Obrigações Fiscais	165	188
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	165	188
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	118	121
2.01.03.01.05	Outras	47	67
2.01.05	Outras Obrigações	976	1.092
2.01.05.02	Outros	976	1.092
2.01.05.02.07	Credores por Recuperação Judicial	976	1.092
2.02	Passivo Não Circulante	579.350	572.576
2.02.02	Outras Obrigações	537.065	529.747
2.02.02.02	Outros	537.065	529.747
2.02.02.02.04	Provisão para Perda com Investimento em Controlada	534.292	527.006
2.02.02.02.05	Credores por Recuperação Judicial	2.773	2.741
2.02.04	Provisões	42.285	42.829
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42.285	42.829
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	39.691	38.942
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.404	2.258
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	190	1.629
2.03	Patrimônio Líquido	-505.770	-498.877
2.03.01	Capital Social Realizado	301.976	301.976
2.03.02	Reservas de Capital	46.363	46.363
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.329	5.329
2.03.02.07	Bônus de Subscrição	41.034	41.034
2.03.04	Reservas de Lucros	-233	-233
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-853.876	-846.983

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.724	-20.346
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.309	-1.026
3.04.02.01	Honorários da Administração	-275	-275
3.04.02.04	Outras	-1.034	-751
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	3
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-129	-372
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-11	-14
3.04.05.02	Outras	-118	-358
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.286	-18.951
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.724	-20.346
3.06	Resultado Financeiro	1.286	-137
3.06.01	Receitas Financeiras	2.478	371
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.192	-508
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.438	-20.483
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.438	-20.483
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	545	1.862
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	545	1.862
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-6.893	-18.621
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-3,80775	-0,29398
3.99.01.02	PN	-3,80573	-0,29432
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-3,80775	-0,29398
3.99.02.02	PN	-3,80573	-0,29432

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-6.893	-18.621
4.03	Resultado Abrangente do Período	-6.893	-18.621

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.411	-1.998
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-807	-4.089
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR/CS	-7.438	-20.483
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	11	14
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	7.286	18.951
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	-1.061	-321
6.01.01.08	Outras Provisões Operacionais	395	-2.250
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.218	2.091
6.01.02.04	Outros Ativos Operacionais	3.130	349
6.01.02.05	Fornecedores	402	-1.036
6.01.02.08	Outros Passivos Operacionais	-212	256
6.01.02.09	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	-102	2.522
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	13.975	17.198
6.03.05	Operações de Empréstimos com a Controlada Líquidos dos Valores Liquidados	13.975	17.198
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.386	15.200
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.550	121
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.936	15.321

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	301.976	46.130	0	-846.983	0	-498.877
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	301.976	46.130	0	-846.983	0	-498.877
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.893	0	-6.893
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.893	0	-6.893
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	301.976	46.130	0	-853.876	0	-505.770

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.621	0	-18.621
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.621	0	-18.621
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	301.976	46.130	0	-923.080	11.279	-563.695

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	0	3
7.01.02	Outras Receitas	0	3
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-916	-999
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-916	-999
7.03	Valor Adicionado Bruto	-916	-996
7.04	Retenções	534	1.848
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11	-14
7.04.02	Outras	545	1.862
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	545	1.862
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-382	852
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-4.808	-18.580
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.286	-18.951
7.06.02	Receitas Financeiras	2.478	371
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-5.190	-17.728
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-5.190	-17.728
7.08.01	Pessoal	338	354
7.08.01.01	Remuneração Direta	276	276
7.08.01.02	Benefícios	20	4
7.08.01.04	Outros	42	74
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	183	31
7.08.02.01	Federais	182	31
7.08.02.03	Municipais	1	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.182	508
7.08.03.01	Juros	385	39
7.08.03.03	Outras	797	469
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	797	469
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.893	-18.621
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.893	-18.621

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	235.863	246.655
1.01	Ativo Circulante	130.329	84.018
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	24.321	8.022
1.01.03	Contas a Receber	10.977	5.555
1.01.03.01	Clientes	786	710
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.191	4.845
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	9.838	4.557
1.01.03.02.02	Outras Contas de Fornecedores	123	86
1.01.03.02.04	Outras	230	202
1.01.04	Estoques	16.726	18.852
1.01.06	Tributos a Recuperar	76.531	50.083
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	76.531	50.083
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.648	1.506
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	126	0
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	126	0
1.02	Ativo Não Circulante	105.534	162.637
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.849	81.918
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	205	384
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	36.644	81.534
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	25.233	27.897
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	11.315	52.266
1.02.01.10.06	Outros	96	1.371
1.02.02	Investimentos	23	150
1.02.02.01	Participações Societárias	23	23
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	23	23
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	0	127
1.02.03	Imobilizado	68.662	80.569
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.544	7.282
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	61.985	73.281
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	133	6

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	235.863	246.655
2.01	Passivo Circulante	319.665	169.258
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.483	3.521
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.054	1.177
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.429	2.344
2.01.02	Fornecedores	71.640	69.280
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	71.411	69.051
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	71.411	69.051
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	229	229
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.055	1.297
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	605	756
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	329	429
2.01.03.01.03	Adesão Parcelamento de Tributos Lei 12.996/14	102	105
2.01.03.01.05	Outras	174	222
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	432	523
2.01.03.02.01	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	42	113
2.01.03.02.02	Parcelamento de Tributos Estaduais	390	410
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	18	18
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	192.927	48.554
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	174.007	27.562
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	174.007	27.562
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	18.920	20.992
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	18.920	20.992
2.01.05	Outras Obrigações	49.785	45.348
2.01.05.02	Outros	49.785	45.348
2.01.05.02.05	Arrendamento Operacional	27.616	24.941
2.01.05.02.08	Adiantamento de Clientes	536	719
2.01.05.02.09	Credores por Recuperação Judicial	17.643	16.737
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	3.990	2.951
2.01.06	Provisões	775	1.258
2.01.06.02	Outras Provisões	775	1.258
2.01.06.02.05	Programa de Fidelização de Clientes	775	1.258
2.02	Passivo Não Circulante	422.012	576.317
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	58.122	213.325
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	143.484
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	143.484
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	58.122	69.841
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	58.122	69.841
2.02.02	Outras Obrigações	196.250	194.991
2.02.02.02	Outros	196.250	194.991
2.02.02.02.03	Adesão Parcelamento de Tributos Lei 12.996/14	314	340
2.02.02.02.04	Credores por Recuperação Judicial	192.734	191.241
2.02.02.02.06	Parcelamento de Tributos Estaduais	325	409
2.02.02.02.07	Outros	2.877	3.001
2.02.04	Provisões	167.640	168.001

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	167.640	168.001
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	143.651	141.978
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.463	9.050
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	14.526	16.973
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-505.814	-498.920
2.03.01	Capital Social Realizado	301.976	301.976
2.03.02	Reservas de Capital	46.363	46.363
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.329	5.329
2.03.02.07	Bônus de Subscrição	41.034	41.034
2.03.04	Reservas de Lucros	-233	-233
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-853.876	-846.983
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-44	-43

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	17.705	23.401
3.01.01	Receita Bruta de Vendas de Bens e/ou Serviços	17.658	24.108
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	47	-707
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.563	-19.884
3.03	Resultado Bruto	7.142	3.517
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	16.415	-16.027
3.04.01	Despesas com Vendas	12.816	-12.197
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.170	-7.589
3.04.02.01	Honorários da Administração	-458	-482
3.04.02.04	Outras	-7.712	-7.107
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.210	10.223
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.441	-6.464
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-3.920	-4.930
3.04.05.02	Outras	-521	-1.534
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	23.557	-12.510
3.06	Resultado Financeiro	-5.364	-7.975
3.06.01	Receitas Financeiras	4.147	937
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.511	-8.912
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	18.193	-20.485
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.193	-20.485
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	545	1.862
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	545	1.862
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	18.738	-18.623
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-6.893	-18.621
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1	-2
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-3,80775	-0,29398
3.99.01.02	PN	-3,80573	-0,29432
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-3,80775	-0,29398
3.99.02.02	PN	-3,80573	-0,29432

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-6.894	-18.623
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-6.894	-18.623
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-6.893	-18.621
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1	-2

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	23.364	-4.650
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-9.312	-4.491
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR/CS	-7.439	-20.485
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	4.370	5.186
6.01.01.03	Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa	-106	93
6.01.01.04	Resultado na Baixa e/ou Venda de Ativo Imobilizado, Intangível e Investimento	13	-24
6.01.01.05	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	2.982	5.822
6.01.01.08	Provisão (Reversão) para Perda de Valor Recuperável	-12.351	-315
6.01.01.09	Outras Provisões Operacionais	2.456	-864
6.01.01.10	Perda (Reversão) com Obsolescência de Estoque	763	6.096
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	32.676	-159
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	30	4.404
6.01.02.02	Estoques	1.363	13.381
6.01.02.03	Outros Ativos Operacionais	27.283	5.147
6.01.02.04	Fornecedores	2.360	-28.433
6.01.02.06	Pagamento de Juros por Empréstimos e Financiamentos	-1.276	0
6.01.02.08	Outros Passivos Operacionais	3.018	2.820
6.01.02.09	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	-102	2.522
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-151	24
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-155	0
6.02.02	Recebimento Vendas do Ativo Imobilizado	4	24
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.914	-7.670
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-6.914	-7.670
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.299	-12.296
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.022	28.603
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	24.321	16.307

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	301.976	46.130	0	-846.983	0	-498.877	-43	-498.920
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	301.976	46.130	0	-846.983	0	-498.877	-43	-498.920
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.893	0	-6.893	-1	-6.894
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.893	0	-6.893	-1	-6.894
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	301.976	46.130	0	-853.876	0	-505.770	-44	-505.814

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074	-45	-545.119
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074	-45	-545.119
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.621	0	-18.621	-2	-18.623
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.621	0	-18.621	-2	-18.623
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	301.976	46.130	0	-923.080	11.279	-563.695	-47	-563.742

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	34.461	34.204
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	18.141	24.074
7.01.02	Outras Receitas	16.214	10.223
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	106	-93
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-25.043	-32.176
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.569	-19.889
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.457	-11.972
7.02.04	Outros	-17	-315
7.02.04.01	Despesas Operacionais	-17	-315
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.418	2.028
7.04	Retenções	-3.825	-3.325
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.370	-5.187
7.04.02	Outras	545	1.862
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	545	1.862
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.593	-1.297
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.086	937
7.06.02	Receitas Financeiras	3.086	937
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.679	-360
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.679	-360
7.08.01	Pessoal	5.750	7.409
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.984	4.518
7.08.01.02	Benefícios	1.215	1.576
7.08.01.03	F.G.T.S.	365	503
7.08.01.04	Outros	186	812
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.373	1.639
7.08.02.01	Federais	954	930
7.08.02.02	Estaduais	195	401
7.08.02.03	Municipais	224	308
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.450	9.215
7.08.03.01	Juros	5.915	5.991
7.08.03.02	Aluguéis	290	503
7.08.03.03	Outras	2.245	2.721
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	2.245	2.721
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.894	-18.623
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.893	-18.621
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-1	-2

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS,

Saraiva Livresiros S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Saraiva”) (B3: SLED3 e SLED4), controladora de Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial (“Varejo”), uma das maiores redes varejistas de conteúdo com foco em educação e cultura, anuncia seus resultados financeiros para o primeiro trimestre (1T22).

As informações contábeis intermediárias contidas neste documento referem-se ao primeiro trimestre (1T22) comparadas aos mesmos períodos do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards* – IFRS”) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foram revisadas pelos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Desde o começo da pandemia, declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, a Companhia sofreu os efeitos das políticas de restrição no varejo físico brasileiro, acentuando as dificuldades enfrentadas desde a crise econômica de 2015. Os impactos negativos nas receitas e margens do negócio foram relevantes no resultado durante todo esse período.

Em que pesem os impactos trazidos pela pandemia sobre o varejo físico no Brasil, foi possível identificar a força de captação das lojas físicas da rede para o ano de 2022, aumentando a confiança da Administração em sua capacidade de gerar e entregar resultados positivos.

A nova Diretoria não estatutária que assumiu a gestão do negócio a partir de abril de 2022, ciente de suas responsabilidades com a homologação judicial do Segundo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Segundo Aditivo – PRJ), implementará um plano emergencial de ação sustentado em quatro pilares com o objetivo de garantir a continuidade das operações:

- Fontes adicionais de financiamento de capital de giro;
- Equipes experientes e engajadas no projeto de recuperação;
- Modelo de gestão focado em resultados; e
- Otimização de processos e tecnologia existentes.

O Plano emergencial está baseado na captura de sinergias, no comprometimento com o resultado, na transparência e no senso de urgência das ações. Foram iniciados estudos para definir as melhores alternativas de financiamento, rentabilização dos ativos e aumento das vendas, assim como, será dada continuidade às medidas de ajustamento que garantirão o pleno atendimento às disposições do Segundo Aditivo – PRJ, homologado em 19 de abril de 2022.

Em paralelo, continuam vigentes as medidas do Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração para reestruturação das operações e recuperação dos resultados econômicos necessários à perenidade dos negócios da Companhia.

Nova gestão de abastecimento: Modelo descentralizado de abastecimento, por meio do envolvimento dos fornecedores e com redução de custos de logística;

Otimização Back-Office: Redução de custos fixos através da revisão dos processos, melhoria da infraestrutura tecnológica e equipe experiente e engajada no projeto de recuperação do negócio.

Rentabilidade: Aumento da margem bruta, em detrimento da receita bruta, elevando os ganhos absolutos no lucro bruto e contribuindo para o aumento da rentabilidade da Companhia. No ano de 2021, excluindo efeitos não recorrentes

Comentário do Desempenho

de diversas ações de “saldão” realizadas com o objetivo de realização de estoques obsoletos e truncados, já foram obtidos resultados positivos nas margens brutas.

Despesas de Pessoal: As despesas com pessoal tiveram redução expressiva em decorrência da diminuição do pessoal da Companhia.

Despesas de Ocupação: Em relação às lojas físicas, renegociações de custo de ocupação estão sendo realizadas com as administradoras de shoppings visando aumentar a rentabilidade das unidades. No escritório central houve a devolução de andares o que permitiu uma redução dos custos de ocupação.

Monetização de Créditos Tributários: O Varejo realizou a totalidade do crédito tributário de ICMS em processo administrativo junto à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, com o deferimento da última parcela em maio de 2022. Em 7 de março de 2022, o Varejo recebeu da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. Proposta Vinculante para aquisição da UPI Direitos Creditórios, representada por créditos de PIS e COFINS, nos termos do Segundo Aditivo – PRJ.

A Companhia continuará mobilizada para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. As medidas tomadas, aliadas à homologação judicial do Segundo Aditivo – PRJ, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, comprovam a capacidade de geração de caixa e, por consequência, da viabilidade futura da Companhia.

A revisão das demonstrações contábeis realizada pela auditoria externa não identificou deficiências significativas de controles internos. A constatação da existência de controles internos sem deficiências relevantes e a certificação do seu nível de segurança são fundamentais para a recuperação estruturada da Companhia.

A Administração, confiante na recuperação do mercado de livros no Brasil e no papel exercido para esse mercado pela Nova Saraiva, que está em construção, está comprometida com a implantação de medidas que garantirão a manutenção das atividades, o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e a consequente continuidade operacional e sustentabilidade do negócio em busca de um futuro promissor para a empresa e seus stakeholders, para o que, contaremos com o total apoio e envolvimento de todos os colaboradores.

A Companhia monitora permanentemente as políticas implementadas de controle da pandemia e mantém seu plano de ação aderente às determinações do Ministério da Saúde, conforme a evolução do cenário econômico. No trimestre encerrado em 31 de março de 2022, não houve nenhuma restrição de funcionamento para as lojas da rede.

Comentário do Desempenho

IMPACTOS NÃO RECORRENTES

Durante o 1T22 a Administração revisou as estimativas relacionadas ao valor recuperável dos ativos e às provisões para riscos tributários cíveis e trabalhistas, entre outros ajustes realizados na operação, a seguir apresentados:

- Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias: R\$ 1,06 milhões.
- Impairment: R\$ 13,67 milhões
- Outros impactos: R\$ 0,19 mil negativos

Dessa maneira, para que possa ser realizada uma análise mais fidedigna da operação da Companhia, todos os resultados reportados neste Relatório da Administração consideram os números recorrentes do 1T22, 1T21, 4T21, expurgando os efeitos citados acima. Segue na tabela abaixo a reconciliação dos resultados:

Reconciliação - 1T22 (R\$ MM)	1T22 Contábil	CPC 06 (R2) IFRS 16	Impactos Não-Recorrentes	1T22 Ajustado
Receita Bruta	17.658		-	17.658
Impostos	47		-	47
Receita Líquida	17.705	-	-	17.705
CMV	(10.563)		795	(9.768)
Lucro Bruto	7.142	-	795	7.937
Margem Bruta (%)	40,3%			44,8%
Despesas Operacionais	(5.297)	(6.534)	(14.442)	(26.273)
EBITDA	1.845	(6.534)	(13.647)	(18.336)
Margem EBITDA (%)	10,5%			-103,6%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(9.284)	6.534	-	(2.750)
Resultado Financeiro Líquido	(5.364)	1.930	-	(3.434)
Depreciação e Amortiz.	(3.920)	4.604		684
Lucro/Prejuízo antes do IR	(7.439)	-	(13.647)	(21.086)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo antes da part. Minoritária	(7.439)	-	(13.647)	(21.086)
Participação minoritária	1			1
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas	(7.438)	-	(13.647)	(21.085)
Res. Lq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	545		(900)	(355)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(6.893)	-	(14.547)	(21.440)
Margem Líquida (%)	-38,9%			-121,1%

DESTAQUES

- Redução de R\$ 2 milhões no EBITDA ajustado do 1T22 em comparação com o 1T21.
- Melhora de 2,2 p.p na Margem Bruta do 1T22 em comparação com o 1T21.
- Melhora de 0,1% na Despesa Operacional recorrente do 1T22 em comparação com o 1T21.
- Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia, por meio de seus assessores jurídicos obteve êxito para a liberação de depósito judicial em favor da Companhia, que foi objeto de indicação pela Fazenda Nacional como bem a ser penhorado em execuções fiscais, conforme ofício expedido pela 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, que determinou a transferência para a conta da Companhia do montante de R\$4,4 Milhões.
- Em 4 de março de 2022, por meio de Escritura Pública de Cessão de Crédito, Direitos e Outras Avenças, foram cedidos à Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., pelo Banco do Brasil S.A., a totalidade dos créditos por ele detidos, contra a Companhia e o Varejo no processo de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº 12).

Comentário do Desempenho

- Em 7 de março de 2022, a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. apresentou Proposta Vinculante para aquisição das UPI's i) Loja Shopping Ibirapuera, pelo valor de R\$29,0 Milhões; e ii) Direitos Creditórios, pelo valor de R\$54,3 Milhões; como Primeiro Proponente, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 30).
- Em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 foi aprovado o Segundo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº30).

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de abril de 2022, foi homologado o Segundo Aditivo – PRJ pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais.

PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1. (R\$ mil, exceto quando indicado)

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

Consolidado - Ajustado ¹	1T22	1T21	T/T	4T21	T/T	2021	2020	A/A
Receita Bruta (Lojas + E-commerce)	17.658	24.108	-26,8%	24.052	-26,6%	91.166	239.824	-62,0%
Lojas Físicas	16.650	17.274	-3,6%	22.523	-26,1%	77.528	159.234	-51,3%
E-commerce	1.008	6.834	-85,2%	1.529	-34,1%	13.638	80.590	-83,1%
Receita Líquida (Lojas + E-commerce)	17.705	23.401	-24,3%	23.501	-24,7%	88.883	234.456	-62,1%
Lojas Físicas	16.579	16.658	-0,5%	21.994	-24,6%	75.365	155.098	-51,4%
E-commerce	1.126	6.743	-83,3%	1.507	-25,3%	13.518	79.358	-83,0%
Lucro Bruto	7.937	9.967	-20,4%	12.754	-37,8%	40.028	92.275	-56,6%
Margem Bruta (%)	44,8%	42,6%	2,2 p.p.	54,3%	-9,4 p.p.	45,0%	39,4%	5,7 p.p.
Despesas Operacionais Recorrentes ¹	(26.273)	(26.300)	-0,1%	(25.945)	13%	(98.516)	(189.465)	-48,0%
EBITDA Ajustado¹	(18.336)	(16.334)	12,3%	(13.191)	39,0%	(58.488)	(97.190)	-39,8%
Margem EBITDA Ajustada (%) ¹	-103,6%	-69,8%	-33,8 p.p.	-56,1%	-47,4 p.p.	-65,8%	-41,5%	-24,4 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas¹	(21.085)	(22.202)	-5,0%	(18.738)	12,5%	(82.130)	(146.536)	-44,0%
Margem Líquida Ajustada antes das Op. Descontinuadas (%) ¹	-119,1%	-94,9%	-24,2 p.p.	-79,7%	-39,4 p.p.	-92,4%	-62,5%	-29,9 p.p.
Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	(355)	1.862	-	465	-	1.582	(5.901)	-
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado¹	(21.440)	(20.340)	5,4%	(18.272)	17,3%	(80.549)	(152.437)	-47,2%
Margem Líquida Ajustada (%) ¹	-121,1%	-86,9%	-34,2 p.p.	-77,8%	-43,3 p.p.	-90,6%	-65,0%	-25,6 p.p.
Crescimento Lojas (SSS)	5,1%	-65,3%	70,4 p.p.	4,0%	11 p.p.	-54,1%	-54,1%	0,0 p.p.
Crescimento E-commerce	-85,1%	-83,9%	-12 p.p.	-78,4%	-6,7 p.p.	-83,1%	-64,8%	-18,2 p.p.
Quantidade de Lojas - Final do Período	34	38	-10,5%	36	-5,6%	36	39	-7,7%
Área de Vendas - Final do Período (m²)	17.888	21.041	-15,0%	19.011	-5,9%	19.011	21.825	-12,9%

Comentário do Desempenho

RESULTADOS

RECEITA – No 1T22 a receita bruta alcançou R\$ 17,6 milhões, queda de 26,8% quando comparada com o 1T21. A receita líquida seguiu a mesma tendência no trimestre, apresentando redução de 24,3%. Cabe destacar que a redução observada é, principalmente, em função da redução da receita do *E-commerce*.

RECEITA LOJAS FÍSICAS – A receita bruta de lojas físicas no 1T22, atingiu R\$ 16,6 milhões, o que representa redução de 3,6% quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. A receita líquida, seguindo a mesma linha, apresentou redução de 0,5%.

RECEITA E-COMMERCE – No 1T22 as vendas brutas do site Saraiva.com apresentaram declínio de 85,2% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas líquidas reduziram em 83,3%. A Saraiva continua com a estratégia de rentabilidade, buscando maior margem bruta e menores despesas variáveis, gerando um ganho adicional na margem de contribuição para os próximos períodos.

RESULTADO BRUTO – O lucro bruto ajustado apresentou um ganho de 2,2 p.p. na margem bruta, que passou de 42,6% no 1T21 para 44,8%. Consequência da estratégia de priorização da rentabilidade focando em nosso negócio de livros, que possuem margens superiores às outras categorias que foram descontinuadas.

DESPESAS OPERACIONAIS – A linha de despesas operacionais recorrentes, incluindo o efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas, totalizou R\$ 26,3 milhões no 1T22, apresentando estabilidade de 0,1% no trimestre. Cabe destacar que a Administração continua focada na racionalização de gastos para a melhora dos resultados, colhendo os frutos das medidas tomadas. Continuam sendo feitos ajustes recorrentemente na estrutura visando sempre a melhoria de desempenho e produtividade, o que solidifica a base para recuperação da Companhia.

EBITDA – O EBITDA recorrente, com a inclusão do efeito do IFRS-16 nas linhas de despesas totalizou R\$ 18,3 milhões negativos no 1T22, apresentando uma perda de R\$ 2 milhões em relação ao 1T21 que apresentou R\$ 16,3 milhões negativos.

Comentário do Desempenho

Tabela 2. EBITDA (R\$ mil, exceto quando indicado)

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório

EBITDA	1T22	1T21	T/T	4T21	T/T	2021	2020	A/A
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado¹	(21.440)	(20.340)	5,4%	(18.272)	17,3%	(80.549)	(152.437)	-47,2%
(+) Resultado Financeiro Líquido	3.434	5.514	-37,7%	5.720	-40,0%	22.030	11.611	89,7%
(+) IR & CS	-	0	-	-	0,0%	-	30.414	-100,0%
(+) Depreciação e Amortiz.	(684)	357	-	(176)	288,6%	1.610	7.354	-78,1%
(+) Res. Liq. das Op. Descontinuadas/Outros	354	(1.864)	-	(462)	-	(1.580)	5.868	-
EBITDA - Ajustado	(18.336)	(16.334)	12,3%	(13.190)	39,0%	(58.488)	(97.190)	-39,8%
Margem EBITDA (%)	-103,6%	-69,8%	-33,8 p.p.	-56,1%	-47,4 p.p.	-65,8%	-41,5%	-24,4 p.p.

CAPITAL DE GIRO* – O prazo médio de recebimento reduziu em 13 dias no 1T22, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O prazo médio de cobertura de estoques reduziu em 107 dias, passando de 192 dias no 1T21 para 85 dias no 1T22. Para o cálculo dos dias do ciclo operacional utilizamos a média dos últimos 12 meses.

RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA – O resultado financeiro líquido ajustado, excluindo o impacto da alteração contábil em virtude do CPC 06 (R2) - IFRS 16, foi de R\$ 3,4 milhões no primeiro trimestre de 2022.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO – O prejuízo líquido ajustado da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R\$ 21,4 milhões no 1T22.

LIQUIDEZ – Em 31 de março de 2022, o saldo total de caixa disponível, caixa bloqueado e recebíveis de cartão de crédito era de R\$ 24,3 milhões, contra R\$ 16,3 milhões em 31 de março de 2021, em virtude, principalmente, dos recebimentos das vendas dos créditos de PIS e Cofins.

A tabela a seguir apresenta a dívida líquida consolidada (excluindo o saldo de Credores relativo ao processo de recuperação judicial) da Saraiva em 31 de março de 2022, que somava R\$ 181,3 milhões, contra R\$ 178,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, e R\$ 166,5 milhões em 31 de março de 2021. Se considerarmos os recebíveis do cartão de crédito, encerramos o 1T22 com uma dívida líquida de R\$ 156,5 milhões contra R\$ 169,9 milhões no 4T21, e R\$ 148,9 milhões no 1T21.

Tabela 3. Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R\$ mil)

Nota 1: Exclui a parcela relativa ao Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - IFRS 16).

Consolidado – Ajustado ¹	1T22	1T21	T/T	4T21	A/A
Tipo de Transação					
Empréstimos e Financiamentos	181.279	166.556	8,8%	178.338	1,6%
(+) Contas a Pagar Aquisição de Empresas	0	0	0	0	0,0%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	24.321	16.307	49,1%	8.022	203,2%
Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis	156.958	150.249	4,5%	170.316	-7,8%
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	459	1.322	-65,3%	407	12,7%
Dívida Líquida Consolidada Após os Recebíveis	156.499	148.927	5,1%	169.909	-7,9%

NOSSAS LOJAS – A Saraiva encerrou o 1T22 com 34 lojas ativas.

Notas Explicativas

SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA O TRIMESTRE ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livresiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Controladora” ou “Companhia”) é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial (“Varejo” ou “Controlada”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros e artigos de papelaria. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico, de uma rede de 34 lojas e do seu próprio marketplace, integrado ao e-commerce.

A Companhia e o Varejo estão em processo de recuperação judicial, homologado em 4 de setembro de 2019. Em 3 de julho de 2020, submeteu o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de Credores, tendo sido aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia e sua controlada apresentaram nos autos do Processo de Recuperação Judicial, proposta de Segundo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (“Segundo Aditivo – PRJ”), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e homologado em 19 de abril de 2022. (Nota explicativa 30).

A Companhia está mobilizada para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. As medidas tomadas, aliadas à homologação judicial do Segundo Aditivo – PRJ, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, comprovam a capacidade de geração de caixa e, por consequência, da viabilidade futura da Companhia.

A Administração, confiante na recuperação do mercado de livros no Brasil e no papel exercido para esse mercado pela Nova Saraiva que está em construção está comprometida com a implantação de medidas que garantirão a manutenção das atividades, o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e a consequente continuidade operacional e sustentabilidade do negócio em busca de um futuro promissor para a empresa e seus stakeholders, para o que, contaremos com o total apoio e envolvimento de todos os colaboradores.

Impactos da COVID 19

A Companhia monitora permanentemente as políticas implementadas de controle da pandemia e mantém seu plano de ação aderente às determinações do Ministério da Saúde, conforme a

Notas Explicativas

evolução do cenário econômico. No trimestre encerrado em 31 de março de 2022, não houve nenhuma restrição de funcionamento para as lojas da rede.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias compreendem as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às informações contábeis individuais não diferem das Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, que passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação de investimentos em controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado nas demonstrações separadas.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas para a gestão da Administração da Companhia e sua controlada.

As bases de preparação e apresentação para as informações contábeis intermediárias da Controladora e do Varejo, relacionadas à mensuração, moeda funcional e fontes de julgamentos e estimativas são as mesmas divulgadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (nota explicativa nº 2), publicadas em 29 de março de 2022.

Na reunião de Diretoria realizada em 13 de maio de 2022 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de março de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis divulgadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (nota explicativa nº 3), publicadas em 31 de março de 2022.

O resultado das operações descontinuadas apresentado no exercício compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015.

Notas Explicativas

Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC ainda não vigentes:

<u>NORMAS</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>VIGÊNCIA</u>
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes	1/1/2023
Alterações à IAS 1 e Declaração de Práticas IRFS 2	Divulgação de políticas contábeis.	1/1/2023
Alterações à IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1/1/2023
Alterações à IAS 12	Tributos diferidos relacionados ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1/1/2023

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>
Caixa e bancos - conta movimento	<u>23.936</u>	<u>7.550</u>	<u>24.321</u>	<u>8.022</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>
Títulos a receber	550	691
Recebíveis de cartão de crédito e débito	<u>516</u>	<u>407</u>
	1.066	1.098
Perda esperada	<u>(280)</u>	<u>(388)</u>
	<u>786</u>	<u>710</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 9 dias (11 dias em 31 de dezembro de 2021). As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: PagSeguro, Cielo, Banestes e Sodexo.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Notas Explicativas

Composição dos saldos por vencimento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>
A vencer	516	407
Vencidos:		
Até 60 dias	132	166
De 61 a 90 dias	58	73
De 91 a 180 dias	298	374
Acima de 180 dias	<u>62</u>	<u>78</u>
	<u>1.066</u>	<u>1.098</u>

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em boa parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões utilizam como base para sua estimativa as vendas realizadas e o histórico de perdas e são ajustadas pelo recebimento dos créditos. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

O valor consolidado da estimativa de perdas registradas no resultado são respectivamente: R\$106 (reversão de provisão para perdas) e R\$93, respectivamente para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021.

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>
Mercadorias para revenda	23.807	25.170
(-) Perda com obsolescência	<u>(7.081)</u>	<u>(6.318)</u>
	<u>16.726</u>	<u>18.852</u>

Mercadorias recebidas em consignação

O Varejo possui volume expressivo de mercadorias recebidas em consignação da categoria Livros, equivalentes a R\$27.754 (R\$28.039 em 31 de dezembro de 2021). O estoque consignado é registrado em rubricas específicas de controle para apropriação do custo das mercadorias vendidas e dos montantes a pagar sob essa forma contratual, de tal modo que os estoques apresentados nas demonstrações contábeis reflitam apenas as mercadorias adquiridas por compra firme. O custo das vendas de mercadorias é apropriado ao resultado para cada unidade vendida, na data da venda, indistintamente se as mercadorias foram recebidas em consignação ou adquiridas em compra firme.

Notas Explicativas

No trimestre findo em 31 de março de 2022, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$1.172. No período entre 1 de abril de 2022 e a data de conclusão dessas informações contábeis, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$720.

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques, adotada pela Companhia. A provisão constituída no trimestre findo em 31 de março de 2022, no montante de R\$763 está relacionada, substancialmente, aos baixos volumes de vendas e compras no período de maior impacto da pandemia.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	1.606	1.606	49.741	37.687
Programa de Integração Social - PIS (ii)	11	11	10.304	7.686
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (iii)	1.025	1.306	3.088	4.039
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL (iii)	2.066	2.031	5.087	5.005
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	19.366	47.670
Outros	<u>178</u>	<u>179</u>	<u>260</u>	<u>262</u>
	<u>4.886</u>	<u>5.133</u>	<u>87.846</u>	<u>102.349</u>
Ativo circulante	179	179	76.531	50.083
Ativo não circulante	<u>4.707</u>	<u>4.954</u>	<u>11.315</u>	<u>52.266</u>
	<u>4.886</u>	<u>5.133</u>	<u>87.846</u>	<u>102.349</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração estimou perda na realização de créditos tributários no montante total de R\$275.961.

- (i) ICMS e ICMS por substituição tributária (ICMS ST) em 31 de março de 2022, das operações comerciais e de abastecimento do Varejo, no montante de R\$19.366 de ICMS (R\$47.670, em 31 de dezembro de 2021), líquidos de provisão para perda do valor realizável no montante de R\$37.269 (R\$38.986 em 31 de dezembro de 2021). Inclui o montante de R\$18.555, representado por duas das seis parcelas deferidas em 17 de março de 2021, relacionadas ao processo administrativo para ressarcimento do crédito acumulado de ICMS por meio do sistema e-CredAc e cuja aprovação dos pedidos de transferência para negociação com empresa interdependente ocorreu em abril e maio de 2022.

Notas Explicativas

- (ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R\$58.428 (R\$43.756 em 31 de dezembro de 2021), líquidos de perda ao valor de realização de R\$224.624 (R\$236.975 em 31 de dezembro de 2021), apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 a 2021, não compensados até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

O Varejo obteve o trânsito em julgado entre dezembro de 2018 e setembro de 2020 para as quatro ações judiciais que discutiram a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, objeto de julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral – RE 574.706/PR, que decidiu que o ICMS não compõe o faturamento ou receita bruta das empresas e, portanto, deve ser excluído da base de cálculo das referidas contribuições. Em 7 de março de 2022, a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. apresentou Proposta Vinculante para aquisição da UPI Direitos Creditórios, representado pelo crédito decorrente das referidas ações judiciais, pelo montante de R\$54.320, nos termos do Segundo Aditivo – PRJ. O montante dos créditos registrados nas demonstrações contábeis foi ajustado ao valor de provável realização de R\$54.320 (R\$40.080 em 31 de dezembro de 2021), líquido de provisão para perda ao valor de realização de R\$81.169 (R\$93.520 em 31 de dezembro de 2021).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Companhia e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

O montante consolidado de Prejuízos fiscais e Bases negativas de CSLL em 31 de março de 2022 que poderá ser utilizado para a compensação de bases tributáveis e/ou o pagamento de passivos tributários, nos termos da legislação vigente sobre o uso de prejuízos fiscais e bases negativas é de R\$881.525 (R\$855.406, em 31 de dezembro de 2021), correspondente a um crédito fiscal de R\$299.237 (R\$290.345 em 31 de dezembro de 2021).

Os créditos fiscais originados do imposto de renda – IR e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da Companhia e do Varejo foram revertidos por não existir histórico de lucro tributável, ou evidências de lucros tributáveis no futuro, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/22</u>	<u>31/03/21</u>
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.438)	(20.483)	(7.439)	(20.485)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	2.529	6.964	2.529	6.965
Adições / Exclusões permanentes - despesas não dedutíveis	-	-	499	(1.441)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(2.477)	(6.443)	-	-
Créditos fiscais não registrados	<u>(52)</u>	<u>(521)</u>	<u>(3.028)</u>	<u>(5.524)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do trimestre:	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada

As transações com as partes relacionadas compreendem reembolso de despesas da controlada e empréstimo de mútuo.

Empréstimos de mútuo concedidos para a controlada:

	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>
Saldos no início do exercício	50.490	61.875
Empréstimos concedidos	25.562	23.454
Pagamentos efetuados	(39.536)	(37.465)
Receitas financeiras	<u>1.061</u>	<u>2.626</u>
Saldos no fim do trimestre	<u>37.577</u>	<u>50.490</u>

Notas Explicativas

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/22</u>	<u>31/03/21</u>
Pró-labore do conselho de administração	271	271	273	294
Pró-labore da diretoria	4	4	185	188
Subtotal	275	275	458	482
Outras remunerações	67	64	116	115
	<u>342</u>	<u>339</u>	<u>574</u>	<u>597</u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

10. INVESTIMENTOS (PROVISÃO PARA PERDA COM INVESTIMENTO EM CONTROLADA)

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	100,00%
Capital social	515.123	515.123
Patrimônio líquido	<u>(534.335)</u>	<u>(527.049)</u>
Provisão para perda com investimento	<u>(534.292)</u>	<u>(527.006)</u>

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/03/21</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Resultado do Varejo	<u>(7.286)</u>	<u>(18.952)</u>
Equivalência patrimonial	<u>(7.286)</u>	<u>(18.951)</u>

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>
Participação no resultado do Varejo	(7.286)	(27.868)
Parcela excedente do saldo contábil da participação transferida para o passivo não circulante	<u>7.286</u>	<u>27.868</u>
Saldo no fim do trimestre	<u>-</u>	<u>-</u>

Principais informações do Varejo:

	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>
Ativo total	197.096	220.878
Passivo circulante e não circulante	731.431	747.927
Patrimônio líquido	(534.335)	(527.049)

	<u>31/03/22</u>	<u>31/03/21</u>
Receita operacional líquida	17.705	23.401
Custo das mercadorias e serviços vendidos	<u>(10.563)</u>	<u>(19.884)</u>
Lucro bruto	7.142	3.517
Despesas operacionais	<u>(19.677)</u>	<u>(18.760)</u>
Depreciações	<u>(3.909)</u>	<u>(4.916)</u>
Outras	<u>15.807</u>	<u>9.045</u>
Resultado operacional	<u>(637)</u>	<u>(11.114)</u>
Resultado financeiro	<u>(6.650)</u>	<u>(7.838)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>(7.287)</u>	<u>(18.952)</u>
Prejuízo líquido	<u>(7.287)</u>	<u>(18.952)</u>

Notas Explicativas

11. IMOBILIZADO

		Controladora					
		31/03/22			31/12/21		
Taxa anual de depreciação - %		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	679	(679)	-	679	(679)	-
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.413)	77	2.490	(2.403)	87
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.409)	12	5.421	(5.408)	13
Equipamentos de informática	20	12.387	(12.387)	-	12.387	(12.387)	-
		<u>20.977</u>	<u>(20.888)</u>	<u>89</u>	<u>20.977</u>	<u>(20.877)</u>	<u>100</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

		Consolidado					
		31/03/22			31/12/21		
Taxa anual de depreciação - %		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	1.050	(1.049)	1	1.050	(1.049)	1
Móveis, utensílios e instalações	10	26.757	(24.349)	2.408	26.757	(24.169)	2.588
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	56.238	(52.701)	3.537	59.678	(55.744)	3.934
Equipamentos de informática	20	32.815	(32.217)	598	32.835	(32.076)	759
Direito de uso em arrendamento		100.414	(38.429)	61.985	113.333	(40.052)	73.281
Imobilizado em andamento	-	133	-	133	6	-	6
		<u>217.407</u>	<u>(148.745)</u>	<u>68.662</u>	<u>233.659</u>	<u>(153.090)</u>	<u>80.569</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

Notas Explicativas

	Controladora		
	31/12/21	Adições	31/03/22
Custo:			
Máquinas e equipamentos	679	-	679
Móveis, utensílios e instalações	2.490	-	2.490
Benfeitorias em imóveis			
de terceiros	5.421	-	5.421
Equipamentos de informática	12.387	-	12.387
Total do custo	<u>20.977</u>	<u>-</u>	<u>20.977</u>
Depreciação acumulada:			
Máquinas e equipamentos	(679)	-	(679)
Móveis, utensílios e instalações	(2.403)	(10)	(2.413)
Benfeitorias em imóveis			
de terceiros	(5.408)	(1)	(5.409)
Equipamentos de informática	(12.387)	-	(12.387)
Total da depreciação	<u>(20.877)</u>	<u>(11)</u>	<u>(20.888)</u>
Valor líquido	<u>100</u>	<u>(11)</u>	<u>89</u>

Notas Explicativas

	Consolidado				31/03/22
	31/12/21	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Máquinas e equipamentos	1.050	-	-	-	1.050
Móveis, utensílios e instalações	26.757	-	-	-	26.757
Benfeitorias em imóveis					
de terceiros	59.678	22	(3.468)	6	56.238
Equipamentos de informática	32.835	-	(20)	-	32.815
Direito de uso em arrendamento	113.333	4.390	(17.309)	-	100.414
Imobilizado em andamento	6	133	-	(6)	133
Total do custo	233.659	4.545	(20.797)	-	217.407
Depreciação acumulada:					
Máquinas e equipamentos	(1.049)	-	-	-	(1.049)
Móveis, utensílios e instalações	(24.169)	(180)	-	-	(24.349)
Benfeitorias em imóveis					
de terceiros	(55.744)	(408)	3.451	-	(52.701)
Equipamentos de informática	(32.076)	(161)	20	-	(32.217)
Direito de uso em arrendamento	(40.052)	(3.621)	5.244	-	(38.429)
Total da depreciação	(153.090)	(4.370)	8.715	-	(148.745)
Valor líquido	80.569	175	(12.082)	-	68.662

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. A Administração realizou a revisão das estimativas contábeis utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos relacionados às lojas da rede. No trimestre findo em 31 de março de 2022, a Administração não identificou perda por redução ao valor recuperável dos ativos do Varejo e remensuração do passivo de arrendamento (R\$993 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, líquidos da remensuração do passivo de arrendamento no montante de R\$14.363).

Notas Explicativas**12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>
Empréstimos e financiamentos		
Em moeda nacional:		
Empréstimos para capital de giro	174.007	171.046
Arrendamento financeiro	<u>7.272</u>	<u>7.291</u>
	<u>181.279</u>	<u>178.337</u>
Financiamento por arrendamento		
Em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	<u>69.770</u>	<u>83.542</u>
	<u>251.049</u>	<u>261.879</u>
Passivo circulante	192.927	48.554
Passivo não circulante	<u>58.122</u>	<u>213.325</u>
	<u>251.049</u>	<u>261.879</u>

Empréstimos e financiamentos contratados

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Fundo Travessia	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Mar/2023	Aval Controladora, Imóvel e Aplicação Financeira	R\$ 120.000	TR + 0,8% a.m.
Fundo Travessia	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Mar/2023	Aval Controladora	R\$ 15.000	TR + 0,8% a.m.
Fundo Travessia	Capital de giro	CCB	Ago/2019	Mar/2023	Aval Controladora	R\$ 1.358	TR + 0,8% a.m.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2019	Mai/2022	Aval Controladora	R\$ 16.640	100% CDI a.a. + 3% a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Set/2023	Bem arrendado	R\$ 10.709	100% CDI a.a. + 0,37% a.m.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Mar/2023	Bem arrendado	R\$ 6.451	100% CDI a.a. + 0,34% a.m.
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Mai/2024	Bem arrendado	R\$ 12.223	-

Os empréstimos no montante de R\$158.692 (R\$156.204 em 31 de dezembro de 2021), incluídos na rubrica Empréstimos para capital de giro, foram cedidos pelo Banco do Brasil para a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. e estão representados por Crédito da Classe III, no Processo de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº 30).

Movimentação no trimestre findo em 31 de março de 2022

Descrição	31/12/21	Adições (Baixas)	Encargos	Pagamentos principal e juros	31/03/22
Empréstimos - capital de giro	171.046	-	4.237	(1.276)	174.007
Arrendamento financeiro	7.291	-	272	(291)	7.272
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	<u>83.542</u>	<u>(7.675)</u>	<u>525</u>	<u>(6.622)</u>	<u>69.770</u>
	<u>261.879</u>	<u>(7.675)</u>	<u>5.034</u>	<u>(8.189)</u>	<u>251.049</u>

Notas Explicativas

Arrendamentos Mercantis – CPC 06 (R2)

Os contratos de arrendamento mercantil do Varejo são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 06(R2). A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil incluídos na mensuração do passivo de arrendamento.

A depreciação do ativo imobilizado é linear pelo prazo médio estimado de permanência nos estabelecimentos locados pelo Varejo, de acordo com cada contrato. A depreciação incorrida no trimestre findo em 31 de março de 2022 foi de R\$3.621 (Nota explicativa 11).

Os juros incorridos pelo passivo de arrendamento foram calculados pela taxa incremental de empréstimos que seria obtida em operação similar, considerando a condição econômica do Varejo, equivalente a 8,53% a.a. No trimestre findo em 31 de março de 2021, foram incorridas despesas financeiras sobre o passivo de arrendamento no montante de R\$525.

Informações sobre os arrendamentos mercantis:

Cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/22</u>
Até 1 ano	17.808
De 1 ano a 5 anos	50.704
Mais que 5 anos	<u>18.867</u>
Total	<u>87.379</u>

Direito potencial de Pis e Cofins

A Companhia possui o direito potencial de Pis e Cofins a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de plantas industriais e outros. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de Pis e Cofins apresentados no quadro a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação arrendamento	87.379	(69.770)
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>(7.398)</u>	<u>5.907</u>
	<u>79.981</u>	<u>(63.863)</u>

Notas Explicativas

Efeitos inflacionários

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações da CVM, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação denominados fluxo real, e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação denominados fluxo inflacionado. As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos inflacionados possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

<u>Ativos de direito de uso</u>		<u>Passivos de arrendamento</u>	
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo real</u>	<u>31/03/22</u>	<u>Fluxo real</u>	<u>31/03/22</u>
Direito de uso	100.414	Passivo de arrendamento	(50.657)
Depreciação	(38.429)	Despesas financeiras (a incorrer)	(19.113)
	<u>61.985</u>		<u>(69.770)</u>
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>31/03/22</u>	<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>31/03/22</u>
Direito de uso	107.543	Passivo de arrendamento	(54.254)
Depreciação	(41.157)	Despesas financeiras (a incorrer)	(20.470)
	<u>66.386</u>		<u>(74.724)</u>

Outras informações sobre os arrendamentos mercantis

Direito de uso em arrendamento

Saldo inicial – 31/12/21	73.281
Adições / baixas	(7.675)
Amortização	(3.621)
Saldos em 31/03/22	<u>61.985</u>

Passivo de arrendamento

Saldo inicial – 31/12/21	83.542
Juros incorridos	525
Pagamentos realizados	(6.622)
Adições / baixas	(7.675)
Saldos em 31/03/22	<u>69.770</u>

Notas Explicativas

As informações sobre as despesas variáveis com arrendamentos mercantis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento da Companhia e do Varejo, estão apresentadas na nota explicativa nº 24.

13. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras. A cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 31 de março de 2022, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$775 (R\$1.258 em 31 de dezembro de 2021).

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/12/21	31/03/22	31/12/21
Fornecedor - nacional	1.547	1.145	71.411	69.051
Fornecedor - exterior	-	-	229	229
	<u>1.547</u>	<u>1.145</u>	<u>71.640</u>	<u>69.280</u>

Composição dos saldos por vencimento:

	Consolidado	
	31/03/22	31/12/21
A vencer	20.084	16.600
Vencidos:		
Até 60 dias	3.810	1.966
De 61 a 90 dias	266	1.313
De 91 a 180 dias	1.963	4.006
Acima de 180 dias	<u>45.517</u>	<u>45.395</u>
	<u>71.640</u>	<u>69.280</u>

Notas Explicativas**15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	42	113
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	118	121	329	428
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	24	43	46	95
Programa de Integração Social - PIS	3	3	3	3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	20	21	20	21
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	18	18
Parcelamento Débitos Previdenciários	-	-	416	445
Parcelamento de tributos - Estaduais (a)	-	-	714	819
Outros	-	-	106	104
	<u>165</u>	<u>188</u>	<u>1.694</u>	<u>2.046</u>
Passivo circulante	165	188	1.055	1.297
Passivo não circulante	-	-	639	749
	<u>165</u>	<u>188</u>	<u>1.694</u>	<u>2.046</u>

(a) Parcelamentos ordinários instruídos nos Estados de Santa Catarina e Minas Gerais, relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no trimestre findo em 31 de março de 2022 foi de R\$90 (R\$539 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021).

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>Controladora</u>		
	<u>31/12/21</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>
			<u>31/03/22</u>
Férias	50	1	-
Salários a pagar	147	275	(343)
FGTS a recolher	4	-	-
INSS a recolher	31	57	(56)
	<u>232</u>	<u>333</u>	<u>(399)</u>
			<u>166</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	<u>31/12/21</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/03/22</u>
Férias	1.562	312	(370)	1.504
13º salário	-	268	(20)	248
Salários a pagar	782	3.269	(3.374)	677
FGTS a recolher	317	365	(497)	185
INSS a recolher	<u>860</u>	<u>933</u>	<u>(924)</u>	<u>869</u>
	3.521	5.147	(5.185)	3.483

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia e do Varejo, por meio do trabalho de revisão periódica sobre o andamento dos processos judiciais e administrativos, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos sobre o prognóstico de perda considerando as movimentações ocorridas no curso dos processos e/ou baseada em decisões recentes dos tribunais, nos âmbitos judicial e administrativo acerca de temas similares aos da Companhia e Varejo, reverteu parte da provisão para perda no montante de R\$79.147 (R\$19.330 na Companhia e R\$59.877 no Varejo). Não foram observadas alterações relevantes no prognóstico de perdas para o período encerrado em 31 de março de 2022.

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

	Controladora		
	Constituição		
	<u>31/12/21</u>	<u>/(Reversão)</u>	<u>31/03/22</u>
Contingências tributárias (a)	38.942	749	39.691
Contingências trabalhistas	2.258	146	2.404
Contingências cíveis	1.629	(1.439)	190
	<u>42.829</u>	<u>(544)</u>	<u>42.285</u>

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Constituição		
	<u>31/12/21</u>	<u>/(Reversão)</u>	<u>31/03/22</u>
Contingências tributárias (a)	139.538	1.622	141.160
Contingências trabalhistas	9.050	413	9.463
Contingências cíveis	16.973	(2.448)	14.525
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS			
da base de cálculo	<u>2.440</u>	<u>52</u>	<u>2.492</u>
	<u>168.001</u>	<u>(361)</u>	<u>167.640</u>

(a) Inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo, sendo as mais relevantes:

- Constituição de provisão no montante de R\$67.450, relacionada a apropriação de créditos das contribuições PIS/COFINS sobre despesas operacionais consideradas essenciais à atividade do Varejo;
- Ações judiciais da Companhia e do Varejo, que discutem com o Banco do Brasil a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos pela RFB, no montante estimado de R\$44.414 para garantir ações judiciais que discutiram a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado, resultou em favor da RFB;
- Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.417, envolvendo contribuições previdenciárias;
- Autos de infração e imposição de multa para o Varejo, referente à cobrança de ICMS, no montante de R\$5.056.

Depósitos judiciais

	Controladora		
	Acréscimo/		
	<u>31/12/21</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>31/03/22</u>
PIS/COFINS (a)	1.018	8	1.026
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	3.856	(3.274)	582
Processos judiciais trabalhistas	<u>624</u>	<u>-</u>	<u>624</u>
	<u>11.564</u>	<u>(3.266)</u>	<u>8.298</u>

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Acréscimo/		
	31/12/21	(Baixa)	31/03/22
PIS/COFINS (a)	1.018	8	1.026
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	17.401	(2.672)	14.729
Processos judiciais trabalhistas	3.412	-	3.412
	<u>27.897</u>	<u>(2.664)</u>	<u>25.233</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Companhia e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.

(b) Inclui o montante de R\$9.172 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

Em 4 de agosto de 2021 a Companhia e o Varejo, impetraram Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, para reconhecer o direito de não recolher o Imposto de renda – IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, indevidamente incidentes sobre os juros de mora calculados com base na Taxa SELIC originados de recuperações tributárias. Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF concluiu o julgamento do RE nº1.063.187/SC, declarando a inconstitucionalidade da incidência do IR e da CSLL sobre a receita auferida originada dos juros calculados com base na taxa SELIC sobre restituições de tributos. A tese de repercussão geral foi publicada em 30 de setembro de 2021 a abranger os seguintes eventos: i) Restituições fiscais concedidas em ações judiciais; ii) Restituições de impostos decorrentes de pedidos administrativos ajuizados; e iii) Ressarcimento de depósitos efetuados em processos judiciais que discutem recolhimento de tributos.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Varejo reconheceu juros calculados com base na taxa SELIC no montante de R\$47.059 (R\$7.047 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020) sobre os créditos a restituir de PIS/COFINS, originados das ações com trânsito em julgado, que discutiram a exclusão do ICMS de suas bases de cálculo. A Administração da Companhia e sua controlada, avaliam os impactos do julgamento do STF nos demais créditos restituíveis.

A Administração da Companhia e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$333.507, sendo R\$195.389 para a Companhia e R\$138.118 para o Varejo (R\$335.439 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$185.071 para a Companhia e R\$150.368 para o Varejo).

Composição dos passivos (Consolidado) com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

Notas Explicativas

Natureza dos Processos	Objeto	31/03/22	31/12/21
TRIBUTÁRIA	Autos de infração, processos administrativos de impugnação de ações judiciais. Inclui Auto de Infração e Imposição de Multa envolvendo contribuições previdenciárias da Companhia no montante de R\$7.404, com prognóstico de perda provável para parte do débito, mas que, no entanto, não atende o requerimento previsto no CPC 25 no que se refere a possibilidade de realizar uma estimativa confiável do valor de perda provável da obrigação.	291.475	295.683
CÍVEL	Ações renovatórias e outros processos com objetivos variados	36.596	33.438
TRABALHISTA	Ações relacionadas a responsabilidade de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	5.436	6.318
TOTAL		333.507	335.439

18. PASSIVO A DESCOBERTO**a) Capital social**

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 22 de novembro de 2021, foram aprovadas por unanimidade dos acionistas presentes: i) o grupamento das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, ambas na proporção de 35 para 1; e ii) a majoração do limite do capital autorizado da Companhia para 10.000.000 (dez milhões) de ações. Em 31 de dezembro de 2021, após o grupamento das ações o capital social da Controladora, no montante de R\$301.976 (R\$301.976 em 31 de dezembro de 2021), está representado por 1.811.719 ações, sendo 671.819 ordinárias e 1.139.900 preferenciais (1.811.719 ações em 31 de dezembro de 2021, sendo 671.819 e 1.139.900, respectivamente) sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, em até 10.000.000 de ações, mesmo que não observada a proporção existente entre as várias espécies ou classes de ação, podendo desse total serem destinadas até 14.285 ações para outorga de opções de compra a seus administradores ou empregados, ou pessoas naturais que prestem serviços a ela ou a sociedade controlada de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.

Notas Explicativas

- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do Poder de Controle da Companhia, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.
- Direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da Alienação de Controle da Companhia, nos termos do estatuto.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 448 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$6 (R\$13,96 por ação - cotação em 31/03/22).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Companhia não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 22 de julho de 2021, por decisão do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, foi homologada a venda definitiva dos ativos da unidade operacional de Guarulhos, cuja autorização havia sido reformada em acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 4 de novembro de 2020. Em consequência, o saldo de R\$11.279, líquido de impostos diferidos de R\$5.810, que representava o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, foi totalmente baixado.

e) Participação de não controladores:

	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>
Saldos no início do exercício	(43)	(45)
Participação no resultado	<u>(1)</u>	<u>2</u>
Saldos no fim do trimestre	<u><u>(44)</u></u>	<u><u>(43)</u></u>

Notas Explicativas**19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/03/21</u>
Receita operacional líquida:		
Venda de mercadorias e serviços	17.874	24.514
(-) Impostos incidentes	(436)	(674)
(-) Devoluções	(216)	(406)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>483</u>	<u>(33)</u>
	<u>17.705</u>	<u>23.401</u>

Notas Explicativas**20. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/03/21	31/03/22	31/03/21
Mercadorias	-	-	(10.563)	(19.884)
Despesa com pessoal e encargos	(120)	(93)	(6.226)	(7.850)
Honorários dos administradores	(275)	(275)	(458)	(482)
Propaganda e publicidade	-	-	5	23
Arrendamento mercantil -				
parcela variável	-	-	(286)	192
Publicações legais	(55)	-	(82)	(19)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(2.085)	(1.978)
Frete e embalagens	-	-	(487)	(560)
Manutenção de instalações,				
máquinas e equipamentos	-	-	(897)	(784)
Serviços de informática	-	-	(1.579)	(2.124)
Locação de máquinas e equipamentos	-	-	(4)	(695)
Honorários advocatícios	(129)	-	(1.440)	(1.273)
Consultoria e assessoria	(384)	(655)	(1.709)	(1.644)
Outros serviços profissionais	-	-	(382)	(117)
Viagens e estadias	-	-	-	(10)
Despesas com cartão de crédito,				
boleto e cobrança	-	-	(330)	(251)
Perda com créditos de				
liquidação duvidosa	-	-	106	(93)
Outras	(346)	(3)	(5.132)	(2.121)
	<u>(1.309)</u>	<u>(1.026)</u>	<u>(31.549)</u>	<u>(39.670)</u>
Classificadas como:				
Custo das mercadorias				
e dos serviços vendidos	-	-	(10.563)	(19.884)
Despesas com vendas	-	-	(12.816)	(12.197)
Despesas gerais e administrativas	(1.309)	(1.026)	(8.170)	(7.589)
	<u>(1.309)</u>	<u>(1.026)</u>	<u>(31.549)</u>	<u>(39.670)</u>

Notas Explicativas**21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/22</u>	<u>31/03/21</u>
Resultado na baixa e/ou venda				
de ativo imobilizado, intangível e ágio	-	-	(13)	-
Perda por redução ao valor recuperável - ativo				
imobilizado, intangível e impostos a recuperar	-	-	-	315
Baixa de créditos com fornecedores	-	-	-	(1.533)
PIS/COFINS s/ outras receitas				
operacionais e financeiras	(115)	(17)	(348)	(627)
Cartão "private label"	-	-	(16)	(4)
Provisão para contingências	-	-	(131)	649
Outras despesas operacionais	(3)	(341)	(13)	(334)
	<u>(118)</u>	<u>(358)</u>	<u>(521)</u>	<u>(1.534)</u>

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/22</u>	<u>31/03/21</u>
Resultado na venda de ativo permanente	-	-	-	24
Cartão presente não resgatado, e outros				
créditos de clientes não reclamados	-	-	2.035	3.497
Reversão da perda por redução ao valor				
recuperável - impostos a recuperar	-	-	12.351	-
Despesas recuperadas	-	-	661	-
Acordo com fornecedores para dívidas				
do exercício anterior	-	-	-	6.531
Constituição de créditos tributários restituíveis	-	-	1.163	-
Outras receitas operacionais	-	3	-	171
	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>16.210</u>	<u>10.223</u>

Notas Explicativas**23. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/22</u>	<u>31/03/21</u>
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	208	-	225	43
Juros sobre empréstimos a controlada	1.061	321	-	-
Juros recebidos de clientes	-	-	2	-
Juros sobre impostos a recuperar	1.209	43	3.340	137
Descontos financeiros obtidos	-	-	394	750
AVP - Credores recuperação judicial	-	7	-	7
Outros juros e variações ativas	-	-	186	-
	<u>2.478</u>	<u>371</u>	<u>4.147</u>	<u>937</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(5.034)	(5.907)
AVP - Credores recuperação judicial	(37)	(50)	(2.530)	(2.186)
Outros juros e variações passivas	(385)	(39)	(882)	(172)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(10)	-	(290)	(200)
Outras comissões financeiras	-	(53)	-	(53)
Outras despesas financeiras	<u>(760)</u>	<u>(366)</u>	<u>(775)</u>	<u>(394)</u>
	<u>(1.192)</u>	<u>(508)</u>	<u>(9.511)</u>	<u>(8.912)</u>
	<u>1.286</u>	<u>(137)</u>	<u>(5.364)</u>	<u>(7.975)</u>

24. ARRENDAMENTO MERCANTIL – PARCELA VARIÁVEL DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Em 31 de março de 2022, o Varejo possuía 34 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. O contrato de aluguel das áreas Administrativas do Varejo possui valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). A partir de 1 de janeiro de 2019, o montante registrado na rubrica “Aluguéis”, em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos

Notas Explicativas

contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na definição de arrendamento prevista no CPC 06(R2).

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	Consolidado	
	31/03/22	31/03/21
Arrendamentos mercantis - nota explicativa 20	(286)	192

O saldo da rubrica “Arrendamento mercantil - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de março de 2022 no consolidado é de R\$27.616 (R\$24.941 em 31 de dezembro de 2021).

25. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O estatuto social da Companhia assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	31/03/22			31/03/22			31/03/22		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(2.555)	(4.338)	(6.893)	(2.757)	(4.681)	(7.438)	202	343	544
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811
Prejuízo por ação - básico - R\$	(3,80775)	(3,80573)		(4,10858)	(4,10630)		0,30083	0,30057	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(3,80775)	(3,80573)		(4,10858)	(4,10630)		0,30083	0,30057	

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	31/03/21			31/03/21			31/03/21		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(6.902)	(11.719)	(18.621)	(7.592)	(12.890)	(20.482)	690	1.172	1.862
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	23.478	39.816	63.294	23.478	39.816	63.294	23.478	39.816	63.294
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	23.478	39.816	63.294	23.478	39.816	63.294	23.478	39.816	63.294
Prejuízo por ação - básico - R\$	(0,29398)	(0,29432)		(0,32337)	(0,32375)		0,02939	0,02943	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(0,29398)	(0,29432)		(0,32337)	(0,32375)		0,02939	0,02943	

Notas Explicativas

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Companhia e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital apropriada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Companhia e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 12), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e passivo a descoberto (nota explicativa nº 18).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/03/22</u>	<u>31/12/21</u>
Empréstimos e financiamentos e				
credores por recuperação judicial	3.749	3.833	461.426	469.857
(-) Caixa, equivalentes de caixa e mútuo	<u>(61.513)</u>	<u>(58.040)</u>	<u>(24.321)</u>	<u>(8.022)</u>
Dívida líquida	<u>(57.764)</u>	<u>(54.207)</u>	<u>437.105</u>	<u>461.835</u>
Passivo a descoberto	<u>(505.770)</u>	<u>(498.877)</u>	<u>(505.814)</u>	<u>(498.920)</u>
Total	<u><u>(563.534)</u></u>	<u><u>(553.084)</u></u>	<u><u>(68.709)</u></u>	<u><u>(37.085)</u></u>

Periodicamente, a Administração da Companhia e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

Notas Explicativas

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	31/03/22	31/12/21
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	23.936	7.550
Empréstimos e recebíveis		
Partes relacionadas - contrato de mútuo	37.577	50.490
	<u>61.513</u>	<u>58.040</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.547	1.145
Credores por recuperação judicial	3.749	3.833
	<u>5.296</u>	<u>4.978</u>
	Consolidado	
	31/03/22	31/12/21
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	24.321	8.022
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	786	710
	<u>25.108</u>	<u>8.732</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	251.049	261.879
Fornecedores	71.640	69.280
Credores por recuperação judicial	210.377	207.978
Arrendamento mercantil -		
locação de lojas	27.616	24.941
Outras obrigações	1.045	1.231
	<u>561.727</u>	<u>565.309</u>

A Administração da Companhia e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas pelos

Notas Explicativas

seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada período.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em taxas contratuais (nota explicativa nº 12) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado.

c) Riscos financeiros

As atividades da Companhia e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco da Companhia e do Varejo é realizada segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Companhia e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Companhia e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldos que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento:

		Consolidado
		31/03/22
	Risco	Valor Contábil
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	21.052

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Companhia e o Varejo apresentam a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Companhia e do Varejo adotou as seguintes premissas:

Notas Explicativas

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos relevantes.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI - Controladora	Baixa do CDI	(67)	(166)	(332)
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI - Varejo	Alta do CDI	(22)	(54)	(108)
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI - Varejo	Alta do CDI	(159)	(258)	(426)
Resultado líquido		(248)	(478)	(866)

f) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Companhia e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/12/21	31/03/22	31/12/21
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	23.936	7.550	24.321	8.022
Contas a receber de clientes	-	-	786	710
	<u>23.936</u>	<u>7.550</u>	<u>25.108</u>	<u>8.732</u>

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2022, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$280 (R\$388 em 31 de dezembro de 2021), para cobrir os riscos de crédito.

g) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	1.547	-	-	-	1.547
Credores por recuperação judicial	200	29	86	8.788	9.103

Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	71.640	-	-	-	71.640
Credores por recuperação judicial	9.838	5.351	16.616	448.804	480.609
Empréstimos e financiamentos	51.407	174.305	66.903	45.932	338.547
Arrendamento mercantil -					
locação de lojas	27.616	-	-	-	27.616
Outras obrigações	1.045	-	-	-	1.045

h) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Companhia e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

i) Linhas de crédito

	Consolidado	
	31/03/22	31/12/21
Empréstimos:		
Utilizado	174.007	171.046

Notas Explicativas

j) Garantias obtidas

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/22</u>
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	<u>9.391</u>

No trimestre findo em 31 de março de 2022, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R\$55 (R\$53 em 31 de março de 2021).

k) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/22</u>		<u>31/03/22</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	23.936	23.936	24.321	24.321
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	786	786
Partes relacionadas - contrato de mútuo	37.577	37.577	-	-
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	251.049	252.617
Fornecedores	1.547	1.547	71.640	71.640
Credores por recuperação judicial	3.749	3.749	210.377	210.377
Arrendamento mercantil -				
locação de lojas	-	-	27.616	27.616
Outras obrigações	-	-	1.045	1.045

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldo decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

A Companhia e o Varejo divulgam seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidência dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2022:

	Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	<u>23.936</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.936</u>

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	<u>24.321</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.321</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”, correspondente ao negócio de varejo de livraria e artigos de papelaria.

28. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para os trimestres findos em 31 de março:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/03/21	31/03/22	31/03/21
Receitas operacionais	<u>545</u>	<u>1.862</u>	<u>545</u>	<u>1.862</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u>545</u>	<u>1.862</u>	<u>545</u>	<u>1.862</u>

Notas Explicativas

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$545 (R\$1.862 em 31 de março de 2021) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/03/21	31/03/22	31/03/21
Caixa líquido (aplicado) gerado em atividades operacionais	(102)	2.522	(102)	2.522
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	(102)	2.522	(102)	2.522

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Companhia e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	31/03/22	31/12/21
Lucros cessantes	34.989	34.989
Incêndio - importância máxima	28.469	28.469
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	50.000	50.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima		
Execução fiscal	137.242	137.242
Roubo e furto	1.105	1.105
Riscos gerais	19.480	19.480

30. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original ("PRJ"), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de 2019. Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do Coronavírus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, a Administração da Companhia e sua controlada submeteu, em 3 de julho de 2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de credores e à homologação judicial. O Primeiro Aditamento ao PRJ, protocolado no dia 03 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral

Notas Explicativas

de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021, pautado essencialmente, na concretização da alienação das UPI's Lojas e Site, nos termos do Primeiro Aditamento ao PRJ. Como não houve habilitação de interessados para a aquisição das referidas UPI's, inviabilizando o cumprimento das obrigações contidas no Primeiro Aditamento ao PRJ em 13 de setembro de 2021, a Companhia apresentou o Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (Segundo Aditamento ao PRJ), que pormenoriza os meios de recuperação, é viável sob o ponto de vista econômico e está baseado em laudos econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos subscritos por empresa especializada e que prevê medidas para a reestruturação das dívidas, para a geração de fluxo de caixa operacional para o pagamento da dívida, assim como, para a geração de recursos necessários à continuidade das atividades, observando a nova realidade das Recuperandas, impactadas pela pandemia da COVID-19.. O Segundo Aditamento ao PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e homologado judicialmente em 19 de abril de 2022.

Como medidas para a liquidação de parte substancial do passivo estão previstas:

- i) A reestruturação do passivo;
- ii) A preservação de investimentos essenciais para a continuidade operacional; e
- iii) A alienação de UPI's: "Loja Shopping Ibirapuera" e "Direitos Creditórios" em processo competitivo, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ para o levantamento de recursos, que serão destinados ao pagamento de Credores e Credores Não Sujeitos.

Para o caso da alienação das UPI's, há Proposta Vinculante apresentada pela Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., assim definida como Primeiro Proponente e que garantirá a conclusão do processo competitivo, fazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ.

Pagamento da dívida

Os Credores Trabalhistas receberão o valor de até R\$ 160 por Credor Trabalhista, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, acrescido de correção monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial desde a Homologação do Segundo Plano Aditivo até a data do efetivo pagamento, em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas. Há previsão de aceleração dos pagamentos após concluído o processo competitivo de alienação da UPI Direitos Creditórios.

O pagamento aos Credores quirografários (Classe III e IV) será feito mediante um pagamento inicial de R\$5 e para o saldo remanescente, estão previstas duas opções: i) Opção A - Conversão em ações, que prevê um deságio de 80% dos créditos remanescentes; ou ii) Opção B – Reperfilamento, que prevê um fluxo de pagamentos trimestrais para o período entre 2022 e 2048, com atualização monetária pela Taxa Referencial e juros remuneratórios de 0,5% a.a.

Em 31 de março de 2022, o montante da dívida consolidada ainda de acordo com o Plano Original, está composto como segue:

Notas Explicativas

Classes	Circulante	Não Circulante	Total
Classe I Trabalhistas	5.108	1.292	6.400
Classe III e IV Quirografários e ME EPP	171.227	191.442	362.669
Total	176.335	192.734	369.069

Os empréstimos no montante de R\$158.692 (R\$156.204 em 31 de dezembro de 2021), foram cedidos pelo Banco do Brasil para a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. e estão incluídos na Classe III, considerando a garantia pessoal outorgada pela Holding, e são apresentados nas informações consolidadas na rubrica Empréstimos e financiamentos no passivo circulante.

Movimentação no trimestre findo em 31 de março de 2022

	31/12/21	AVP	Pagamentos	Juros incorridos	Outros	31/03/22
Dívida	636.943	-	(1.542)	3.765	135	639.301
Ajuste a valor presente	(272.763)	2.531	-	-	-	(270.232)
	364.180	2.531	(1.542)	3.765	135	369.069

A íntegra do Segundo Aditamento ao PRJ aprovado com todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.saraivari.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de abril de 2022, foi homologado o Segundo Aditivo – PRJ pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos:
Acionistas e Diretores da
Saraiva Livresiros S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

1. Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Saraiva Livresiros S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

2. Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

4. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção que: (a) em 31 de março de 2022, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$6.894 mil e apresenta passivo a descoberto de R\$(505.814) mil, bem como capital circulante líquido individual e consolidado de R\$22.722 mil e de R\$(189.336) mil, respectivamente. Para garantir a sua continuidade operacional, a Diretoria vem empregando esforços para cumprir as ações propostas e homologadas no 2º Aditamento do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), conforme demonstrado nas notas explicativas nº 1 e 30, às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as quais foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos seus negócios e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto a liquidação e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Se essas informações contábeis intermediárias tivessem sido elaboradas considerando a descontinuidade das operações, elas poderiam apresentar valores diferentes dos apresentados. Adicionalmente, os ajustes contábeis decorrentes do 2º Aditamento ao PRJ serão devidamente registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, assim que concluídas as etapas previstas para os Leilões judiciais, assim como para o exercício das opções de recebimento previstos no referido 2º Aditamento ao PRJ, homologado pelo Juízo em 18 de abril de 2022.

Nossa opinião não está ressalvada em decorrência desse assunto.

5. Outros assuntos

(i) Auditoria e revisão dos valores correspondentes do exercício findo em 31/12/2021 e do trimestre findo em 31/03/2021, respectivamente

Considerando que até a data de emissão do relatório de auditoria anual ocorrida em 28/03/2022, o 2º Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (PRJ) não continha a homologação judicial proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial, aliada a apresentação de passivo a descoberto e capital circulante negativo pela Companhia, ambos no consolidado, não havia sido possível estimar os efeitos econômicos e financeiros sobre as suas demonstrações contábeis em um cenário de incertezas, e conseqüentemente não expressarmos uma opinião naquelas datas, sobre o pressuposto de sua continuidade operacional e a correspondente base para a elaboração de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, presentemente, as circunstâncias modificaram-se, tendo em vista que o citado PRJ, foi homologado pelo Juízo em 18 de abril de 2022, e certos ativos como mencionados na nota

explicativa nº 30 possuem ofertas vinculantes para alienação em leilão judicial, aliado com o equacionamento do passivo bancário anteriormente devido ao banco do Brasil. Entretanto, ainda mantivemos em nosso relatório de auditoria registros sobre a continuidade operacional da Companhia como descrito no parágrafo nº4 acima.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do primeiro trimestre findo em 31/03/2021 foram revisadas por outros auditores independentes, que sobre as quais expressaram uma abstenção de conclusão no relatório de auditoria por eles emitido e datado em 14/05/2021, basicamente por fatos semelhantes ao por nós descritos no parágrafo acima.

(ii) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas inclui a demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2022.

Luiz Claudio Fontes
Contador CRC 1SP-217.532/O-6

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que revisou, discutiu e concordou com as Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022.

São Paulo, 13 de maio de 2022

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022.

São Paulo, 13 de maio de 2022